

Tradução Audiovisual:

O profissional de comunicação como mediador no processo de audiodescrição¹

Lorena Camusso²

Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA

Carlos Benedito Alves da Silva Junior³

Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA

Resumo

Quando ouvimos falar de tradução audiovisual (TAV) pensamos na transposição de uma língua e/ou cultura para outra. E, obviamente, analisando a nomenclatura audiovisual, sabemos que o produto a ser traduzido envolve mais do que texto/roteiro. Além disso, estamos cientes de que nem todo produto audiovisual é compreendido da melhor forma pelos seus espectadores. É nesse meio termo que a TAV age como mediador, não apenas interlinguístico, senão também intersemiótico. Neste sentido, o objetivo deste artigo é ressaltar dois lados específicos da TAV. O primeiro, apresentar a tradução audiovisual como um recurso de acessibilidade para os deficientes visuais, por meio da modalidade de audiodescrição. O segundo, mostrar a interdisciplinaridade da área e como ela possibilita novos campos de atuação no mercado.

Palavras chave: tradução audiovisual; comunicação; audiodescrição; inclusão; intersemiótico.

1. Apresentação

Muitas pessoas acreditam que estudar tradução ou traduzir qualquer material requer apenas do conhecimento do idioma. Inclusive, muitos acham desnecessária a profissão, já que essa transferência de uma língua para outra, pode ser sistematizada mediante softwares e/ou plataformas de tradução livre. No entanto, a tradução em geral envolve outros aspectos, o principal a cultura. Assim mesmo, a tradução audiovisual (TAV) é muito mais abrangente por conta do par som-imagem que apresenta. Ela aborda

¹ Trabalho apresentado ao GT Comunicação, Direitos Humanos e Diversidade, da XIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã - *Comunicação, Direitos Humanos e Diversidade*, realizada na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, MA, de 21 a 23 de novembro de 2018.

² Radialista e Tradutora Pública. Coordenadora do Núcleo de Tradução Audiovisual da TV UFMA. Integrante do Grupo de Estudos e Estratégias Audiovisuais na Convergência G-PEAC integrado ao Núcleo de Estudos e Estratégia em Comunicação NEEC. E-mail: lorena.camusso@gmail.com

³ Mestre em Administração, Pesquisador do Grupo de Estudos e Estratégias Audiovisuais na Convergência – G-PEAC. Professor Assistente do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, Maranhão. E-mail: carlos.alves@ufma.br



linguagem corporal, sotaques nos diálogos, semiologia das cores, entre outros. Além disso, está ligada aos veículos de comunicação como rádio, TV, cinema, internet. Analisando a plataforma que a TAV se desenvolve, o autor Gambier (2003) apresenta 16 modalidades, entre elas menciona a legendagem aberta, a dublagem, a interpretação consecutiva, simultânea e de sinais, a legendagem fechada ou *closed caption*, a tradução de roteiro, a audiodescrição, entre outras. Neste artigo discute-se os conceitos sobre a tradução audiovisual intersemiótica, que reúne os estudos da Teoria da Tradução e Estudos Cinematográficos. Assim como, a contribuição que ela oferece no quesito inclusão, acessibilidade e novas áreas de atuação do profissional de comunicação.

2. Tradução audiovisual como recurso inclusivo

De acordo com Chaume (2004) a tradução audiovisual é uma adequação realizada pelo tradutor para melhorar o entendimento do texto original – TO (emissor) para o texto meta - TM (receptor). A autora ainda argumenta que o exercício desta atividade requer de conhecimento especializado e de amplo entendimento dos códigos linguísticos para que o processo comunicacional seja realizado de forma eficiente e eficaz. Porém o que acontece quando a mensagem não está unicamente relacionada à linguagem textual, senão também à linguagem visual? Será que todos os públicos conseguem absorver o conteúdo apresentado? Com a vinda das Tecnologias da Informação e Comunicação e, conseqüentemente, com a chegada da internet, o audiovisual tomou conta do nosso dia-a-dia e da forma de como interagimos uns com os outros. Todos os meios de comunicação se acoplaram a esta “nova” Era, incluindo o rádio, que era puramente sonoro. Porém, mais uma vez nos questionamos: será que todos os públicos desfrutam das vantagens desse fluxo de informação audiovisual?

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015, cerca de 6,2% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência auditiva, visual, física e/ou intelectual. Dentro dos tipos mencionados, a visual é a mais representativa e atinge a mais de 6,5 milhões de pessoas e os números só têm aumentado paralelamente com o crescimento da população. Desta forma, percebe-se que o universo audiovisual nem sempre é vantajoso e acessível para todos. Não obstante, o trabalho de linguistas e comunicadores pode ser de grande utilidade contribuindo não apenas com viés informativo e cultural, senão também educacional e de entretenimento. Um exemplo disso é a falta de salas de cinema oferecendo filmes audiodescritos ou na própria escola quando se força ao aluno cego a ter todo o material educativo em Braille.

A TAV é uma das áreas que vem se aprimorando nos últimos 30 anos e não é precisamente por pesquisas acadêmicas, senão pela demanda do mercado. Inclusive, algumas das suas modalidades



ganharam destaque recentemente, a audiodescrição, por exemplo, é uma delas. Ela começou a ser objeto de pesquisa a partir dos anos 2000, na área de Estudos de Tradução. De acordo com Roman Jakobson (1995) existem três tipos de tradução: a) intralingual.- consiste no traslado dos signos de uma língua para outros signos da mesma língua, um exemplo disso são as adaptações literárias. b) interlingual.- consiste na transferência dos signos verbais para outra língua, filmes estrangeiros legendados ou dublados são um claro exemplo deste tipo de tradução. c) intersemiótica.- tradução dos signos verbais para os não verbais e vice-versa. Livros adaptados para o cinema e filmes audiodescritos servem como exemplo para identificar este tipo de tradução. Após explicação dos tipos de tradução, entende-se que a audiodescrição é um tipo de tradução intersemiótica e um modo de tradução audiovisual. É importante ressaltar isso, devido ao tratamento linguístico e técnico do processo deste tipo de TAV.

De acordo com Franco e Silva (2010, p. 23) “A audiodescrição consiste na transformação de imagens em palavras para que as informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão.” O meio em que vivemos está impregnado de imagens, outdoors, folhetos, vídeos publicitários, filmes, cartazes, fotografias, etc., e é neste sentido que esta modalidade torna qualquer produto audiovisual acessível a pessoas não videntes ou com baixa visão, garantindo o direito de informação e entretenimento das pessoas com deficiência visual.

3. Deficiência visual

Antes de explicar o processo de audiodescrição e fazer um breve histórico da AD no Brasil, é relevante conhecer o público para o qual este tipo de tradução audiovisual está direcionado, Neste sentido, e de acordo com a legislação brasileira, no Decreto Federal n°. 5.296/2004, a seguir a definição e classificação de deficiência visual:

- a) Cegueira, é considerada uma deficiência na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; Divide-se em: 1) Cegueira congênita, que é a ausência da visão manifestada durante os primeiros anos de vida; e, 2) Cegueira advéncia (usualmente chamada de adquirida), que é a perda da visão de forma imprevista ou repentina. É ocasionada por causas orgânicas ou acidentais.
- b) Baixa visão corresponde à acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no olho de melhor visão e com a melhor correção óptica. Considera-se também baixa visão quando a medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 graus ou ainda quando ocorrer simultaneamente quaisquer das condições anteriores. (BRASIL, 2004, o Artigo 5º, a línea C).

Conforme com o Decreto, entende-se por cegueira a perda total ou o comprometimento sensorial do canal visual, podendo ser uma cegueira congênita ou adquirida. Assim mesmo, considera-se baixa visão aquelas pessoas que, mesmo usando óculos comuns, lentes de contato ou implante intraocular, não conseguem ter uma visão nítida.

4. Audiodescrição no Brasil

Diferentemente as outras modalidades de TAV como dublagem e legendas, a audiodescrição (AD) surgiu de um contexto acadêmico e não mercadológico. No entanto, ela ganhou destaque no campo prático, sendo utilizada na década de 90, nos Estados Unidos, como recurso na TV para a população com deficiência visual. No Brasil, esta modalidade teve mais apoio por parte do setor privado do que público. Segundo Cruz (2016) a AD foi usada pela primeira vez, em 2003 no festival temático Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiências. Ela é a representação do Festival WieWirLeben (Como Nós Vivemos) que acontece em Munique, na Alemanha. Assim sucessivamente, outras empresas e instituições se engajaram com o uso desta modalidade de TAV. Em 2005, surge o primeiro filme audiodescrito, *Irmaãos de Fé*. Em 2008, a empresa Natura lança a primeira propaganda para o público deficiente visual. Em 2014, em Recife, acontece, pela primeira vez, o Festival VerOuvindo que premia a melhor locução e os melhores roteiros adaptados para audiodescrição.

Todas essas ações vêm surgindo de forma contínua em determinados nichos, como por exemplo, cinema, óperas, exposições em museus, festivais, eventos e mostras fotográficas. Contudo, a televisão, que é o veículo de comunicação de mais acesso aos lares brasileiros, aparentemente, apresenta um desinteresse em incluir audiodescrição na sua programação. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, em 2015, do total de domicílios pesquisados nesse ano, 100% possuíam aparelho de TV (55,5% Tela fina 44,5% televisão de tubo). Nesta perspectiva, o apoio das autoridades dos meios de comunicação deveria velar pelo cumprimento da lei que garante o acesso à informação e entretenimento da população brasileira com deficiência visual aos meios audiovisuais.

Em dezembro de 2004 foi publicado o Decreto 5.296, que regulamenta a Lei da Acessibilidade, inclusive no que se refere à acessibilidade na comunicação, de modo geral, e, na televisão, em particular. No ano seguinte, foi assinado o Decreto 5.645, que muda o Art. 53 outorgando ao Ministério das Comunicações a competência para regulamentar a acessibilidade da programação exibidas nas emissoras de televisão. Com acessibilidade nos referimos: *Closed Caption* ou legenda oculta, audiodescrição e janela para intérprete de LIBRAS. Em junho de 2006, o Ministério das Comunicações publicou a portaria



310, com a Norma Complementar nº 1 que exige, até no máximo de dois anos, a implementação e os requisitos técnicos para que toda a programação das TVs abertas fosse acessível às pessoas com deficiências. Desde 2008 até hoje houveram inúmeros adiamentos e modificações sobre o estabelecido inicialmente no Decreto 5.645 e na Normativa nº 1/2006. Entre as alterações feitas para a programação audiodescrita destacam-se: 1) a quantidade de duas (2) horas diárias, foi reduzida a duas (2) horas semanais. 2) de 100% de programação audiodescrita após dez anos de implementação, passou a vinte horas semanais. 3) a audiodescrição só fica restrita para as emissoras com Sistema Brasileiro de Televisão Digital, excluindo, automaticamente, o sistema analógico. (FRANCO, SILVA, 2010)

De acordo com o exposto pelos autores, existe uma evidente despreocupação por parte das autoridades, no que diz ao respeito ao cumprimento inicial da Lei 10.098 (BRASIL, 2000), que torna o recurso da audiodescrição um direito garantido pela legislação brasileira. Cabe salientar que, a AD não é apenas a descrição e a narração, em voz de cenas e imagens, é um recurso que proporciona independência, igualdade e inclusão, é uma atividade que envolve domínio político, social, econômico e educativo. Além de tornar a experiência televisiva mais agradável para os deficientes visuais e para os familiares dos mesmos.

5. Audiodescrição: profissionais e processo

A linguagem audiovisual apresenta dois canais: o acústico e o visual. Por sua vez, estes possuem signos e códigos semânticos diferentes entre eles. A relação entre o canal acústico e o visual permitirá a construção da mensagem. Quando falamos da tradução de produções audiovisuais temos que levar em consideração esse binômio, que segundo Rodríguez (2006) é o conjunto de formas de organização artificial do par som-imagem, que se utiliza para transmitir ideias ou sensações, para serem percebidas e compreendidas pelo homem. Por tabela sabemos que, a linguagem visual é capaz de comunicar, às vezes, muito mais do que a textual, elementos como estilo de roupa, linguagem corporal, distância entre um personagem e outro passam determinada impressão. Neste sentido, a pessoa com deficiência visual termina cognitivamente perdendo informações relevantes de materiais audiovisuais ricos em conteúdo de cunho educacional, informacional e/ou de entretenimento.

Como mencionamos anteriormente, a TAV possui diversas modalidades, entre elas as mais conhecidas tanto na televisão quanto no cinema são: a legendagem (aberta e fechada), a dublagem e, a mais recentemente, a audiodescrição. De acordo com Araújo (2003) e Carmona (2011), a legendagem acrescenta um código textual na produção original, cuja função consiste na reprodução dos diálogos, sons e textos escritos no material audiovisual, em formato de texto na parte inferior da tela. Para a dublagem, Rodríguez (2006) e Machado (2008) argumentam que esta técnica consiste em traduzir e adaptar o



material auditivo de uma língua estrangeira para outra, sendo que o roteiro ou script de tradução para dublagem tem que coincidir com os movimentos da boca dos atores da produção original. No caso da audiodescrição, Ferreira (2015) explica que consiste na passagem do texto — diálogos, cenografia, figurino, trilha sonora, enquadramento, iluminação, planos, montagem, expressões corporais e gestuais etc. —, para transformar a informação em um único canal, o acústico.

Cada uma das três modalidades citadas requer de profissionais de áreas específicas como Letras, Cinema, Jornalismo e/ou Rádio e Televisão. Assim mesmo, cada função desempenhada possui sua própria nomenclatura. De acordo com Alvarenga (1998) dos profissionais envolvidos no processo de legendagem estão o legendista (tradutor) e o legendador (técnico ou operador de caracteres). Na dublagem participam tradutores para dublagem, diretor de dublagem, dubladores (atores) e editor de som. Para Costa e Frota (2011), o processo de audiodescrição é executado pelo audiodescritor, responsável pelas escolhas compatíveis com o contexto do programa e com os intervalos de silêncio, e pelo locutor, quem narra o roteiro em um canal de som complementar ao do produto audiovisual.

De acordo com o parágrafo supracitado, percebe-se que é necessária a figura do profissional de comunicação, principalmente, na execução da parte técnica. Além do mais, denota-se tanto na teoria como na prática a fusão de duas áreas que conversam entre si, Comunicação e Letras. Em um cenário ideal, o processo das modalidades mencionadas envolve a participação de mais de um profissional na área específica. No caso da audiodescrição, por exemplo, o auxílio de um consultor (deficiente visual) e um editor potencializam e aprimoram o processo de produção de um material audiodescrito. De acordo com Franco e Silva (2010, p.15), “a AD vai além da descrição de informações percebidas pela visão”, as autoras ratificam a importância do domínio da linguística para descrever o material visual de forma objetiva, levando em consideração um amplo vocabulário, as marcações no roteiro para a entonação na locução e a ética de transmitir aquilo que está sendo visto, sem acrescentar juízos de valor.

Para a elaboração da audiodescrição é preciso estudar o material, compreender os elementos visuais no produto e destacar as informações mais relevantes que deverão estar descritas no roteiro de AD. Similar a um roteiro de rádio, as frases escritas devem ser curtas e bem claras, para que não atrapalhe o entendimento dos diálogos da produção. Nesta perspectiva, mais uma vez, denota-se a importância do conhecimento da linguagem audiovisual e da estrutura teórico-prática na elaboração do roteiro. Frota e Martins (2012) explicam a relevância de ter uma estrutura organizacional no desenvolvimento do produto audiodescrito, em tal sentido, a participação do editor, roteirista, narrador e consultor garante um melhor desempenho não apenas no processo de AD, assim como na recepção do produto para o público, já que, evidentemente, se teria o retorno do próprio usuário (pessoa cega ou baixa visão).



Para as autoras, o editor acompanha o processo de início até o fim, sendo o responsável pelo cumprimento das metas e da qualidade sonora do produto. O roteirista é o tradutor intersemiótico, quem fará a transferência de imagens para palavras. Camusso (2017) reitera a relevância do domínio de fundamentos da linguagem audiovisual e de princípios básicos de elaboração de roteiro para pensar na estrutura da AD no produto e para calcular o tempo e o espaço em que a AD pode ser encaixada. O narrador é responsável pela locução do roteiro, na qual entonação, dicção e velocidade deverão ser levados em consideração para atingir da melhor forma o público. Finalmente, o consultor, quem é um deficiente visual, fica responsável por avaliar o produto audiodescrito. Cabe ressaltar que, não basta ter deficiência visual para ser consultor AD, é preciso ter conhecimento da área de Letras ou Comunicação para desempenhar esta função.

6. AD: tradução e inclusão

O mais importante na AD é que não se perca o significado da mensagem da produção original. A audiodescrição vai além de descrever informações imagéticas. Questões técnicas e linguísticas devem ser percebidas pelos profissionais, a fim de condensar e segmentar a linguagem audiovisual em um único canal, o acústico. Desafios como que informação priorizar? O que deve ser narrado? Quais efeitos sonoros utilizar? Entre outros questionamentos, surgem para reconstruir a imagem não vista e costurar o visual em palavras, e é claro que a entonação e o ambiente sonoro transportam e guiam quem ouvi.

A audiodescrição fundamenta-se no trabalho em equipe, porém, na maioria das vezes, se torna um trabalho individual e sistematizado, no qual o editor faz a locução sem o acompanhamento de um linguista ou comunicador e insere as falas nos espaços livres da produção audiovisual. Inclusive, em muitas ocasiões não se têm o cuidado de fazer uma locução clara e coesa evitando o uso de algumas palavras que podem criar cacofonia na oralidade. Para o autor, Mianes (2017), a AD teve mais repercussão na TV aberta, mas ainda assim é restrita à TV Digital, fazendo com que as seis (6) horas irrisórias de programação, sejam suficientes para atingir um público diversificado, de mais de 6,5 milhões de pessoas.

Cabe ressaltar que, não pode-se pensar a audiodescrição apenas como uma ferramenta para informar ou entreter a nível televisão, senão também como um recurso de acessibilidade comunicacional no âmbito escolar. Talvez esse seja o nosso maior desafio como comunicadores, criar materiais audiodescritos com o auxílio do professor, mas sem ser uma audiodescrição engessada e, sim didática. No caso do Brasil, há uma nota técnica estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC), que orienta sobre como descrever imagens para livros didáticos (MEC, 2012). Neste sentido, pode-se afirmar que a AD permeia outros campos de atuação e que o perfil do comunicador se encaixa perfeitamente nos dois âmbitos, educação e tradução.



7. A importância da AD como recurso inclusivo

Nos tópicos anteriores explicou-se o conceito e o processo da audiodescrição. Em síntese, a AD é uma modalidade de tradução audiovisual, do tipo intersemiótica, em que o signo visual é transposto ao signo verbal. Neste sentido, se pensarmos em um texto ou produção audiovisual deve-se lembrar que ela se caracteriza pela utilização simultânea de dois canais, o acústico e o visual, o que Rodriguez (2006) define de par som-imagem. Este par reúne quatro (4) tipos de signos diferentes que são: acústico verbal (palavras e falas), acústico não-verbal (sons externos tais como efeitos sonoros, música de ambientação, etc.), visual verbal (palavras escritas que aparecem na tela, por exemplo, uma placa, um manchete, etc.) e visual não-verbal (as demais imagens). Mas qual é a dinâmica de um produto audiovisual? Ela funciona através da interação destes quatro (4) signos, fazendo com que o receptor interaja sistematicamente com essa dualidade, sendo a imagem quem dá o suporte ao som e vice-versa.

A exposição a material audiovisual proporciona experiências enriquecedoras a nível cognitivo, porém deve-se lembrar que não todos públicos podem aproveitar as vantagens do audiovisual. Se pararmos para pensar, tudo ao nosso redor é visual. Se pensarmos mais um pouco, notaremos que na nossa vizinhança, no trabalho, na parada do ônibus ou na escola do nosso filho tem alguém com deficiência visual. Isso evidencia a necessidade da sociedade se adaptar a novos mecanismos que incluam essas pessoas e, mais ainda, que elas possam, assim como nós, desfrutar de eventos culturais, das notícias na televisão, de filmes nas salas do cinema e por que não de material escolar e/ou universitário.

Nos últimos dez anos, o ingresso de alunos com deficiência tem aumentado consideravelmente, fazendo com que se criem políticas públicas de inclusão para estes alunos, criando estruturas físicas adequadas para os discentes, capacitando profissionais de diversas áreas, assim como desenvolvendo ou procurando mecanismos que auxiliem nesse processo de inclusão social. De acordo com Cruz (2016, p. 16) “as tecnologias assistivas tornaram-se valiosas ferramentas de acessibilidade à comunicação e informação para todas as pessoas”, mas o que seriam essas tecnologias assistidas? Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), a Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento interdisciplinar, que utiliza produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que promove a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2007).

De acordo com o exposto, pode-se inferir que a tecnologia assistida é qualquer ferramenta ou recurso que ajude ou proporcione “certa” autonomia à pessoa com deficiência. Nesta perspectiva, a AD se encaixa perfeitamente neste conceito, especificamente no campo informação e educação. No primeiro, tendo como maior aliado a televisão, priorizando a audiodescrição em horários nobres. O segundo,

permitindo com que os alunos com deficiência visual tenham acesso ao acervo imagético em sala de aula, livros, ilustrações, cineclube, jornal escolar, entre outros.

8. Considerações finais

Por um lado, a audiodescrição surge como uma ferramenta de inclusão com o intuito de superar algumas barreiras discriminatórias dentro na nossa sociedade atual. Além disso, a AD permite exercer uma política pública educativa, defendendo o direito de que todos os estudantes participem ativamente em sala de aula sem sofrer nenhum tipo de discriminação. Também, podemos considerá-la como um recurso de tecnologia assistiva capaz de mediar e promover a acessibilidade das pessoas com deficiência visual.

Por outro, cabe ressaltar a importância dos profissionais envolvidos no processo de AD, tanto na parte técnica quanto teórica. O profissional de comunicação se torna um mediador, uma ponte quase invisível, que apresenta um texto objetivo e direto, que evita oferecer interpretação daquilo que está sendo descrito. Não obstante, lembremos que o princípio básico da tradução audiovisual e da audiodescrição é a interdisciplinaridade das áreas de Letras e Comunicação, assim como do trabalho em equipe, que resulta na construção de um texto coeso, coerente, com fluência textual e priorização da informação. Com uma locução bem articuladas para dar sentido e harmonia ao texto, sem repetições desnecessárias, com o uso de sinônimos, advérbios e adjetivos que ajudem com que o receptor não perca informações necessárias e que o material não seja entediante.

Referências

ALVARENGA, L. Subtíler: legendador ou legendista? In: **Anais do I CIATI – Congresso ibero-americano de tradução e interpretação**. São Paulo: 1998, p. 214-216.

ARAÚJO, V. Glossário bilíngüe de clichês para legendação e dublagem. **The Specialist**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 139-154, 2003.

ARAÚJO, V. O Processo de Legendagem no Brasil. **Revista do GELNE**. Fortaleza. Vol. 4, nº. 1, 2002. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9143/6497>>. Acesso em 19 de maio 2018.

BRASIL, Decreto Lei Nº 84.134, de 30 de outubro de 1979.

BRASIL. Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012.

BRASIL, Decreto Lei Nº 6.533, de 24 de maio de 1978.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Portaria nº 188, de 24 de março de 2010. D.O.U., 25 mar. 2010.



BRASIL. Ministério das Comunicações. Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. D.O.U., 28 jun. 2006.

BRASIL. NOTA TÉCNICA no 21. Data: 10 de abril de 2012. Orientações para descrição de imagem na geração de material digital acessível – Mecdaisy. MEC/SECADI/DPEE, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=10538&Itemid>

CHAUME, F. **Cine y traducción**. Madrid: Catedra, 2004.

CAMUSSO, L. **Tradução Audiovisual na TV UFMA: uma experiência interdisciplinar**. Monografia (Graduação) – Curso de Comunicação Social – Rádio e TV, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2017.

CARMONA, D. Avance de la traducción audiovisual: desde los inicios hasta la era digital. **Mutatis Mutandis: Revista Latinoamericana de Traducción**. Vol. 6, Nº. 2, 2013. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:rBevBJIod-YJ:https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo%3Fcodigo%3D5012656+&cd=4&hl=es&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 30 de jan. 2018.

COSTA, L; FROTA, M. Audiodescrição: Primeiros Passos. **Tradução em Revista**, 2011/2. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18882/18882.PDFXXvmi=.>>. Acesso em: 24 de maio 2018.

CRUZ, A. **A audiodescrição na mediação de alunos com deficiência visual no ensino médio: um estudo com a disciplina de geografia**. 2016. Tese (Doutorado em Informática na Educação). Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2016.

FERREIRA, R. **Glossário Terminológico Básico da Teoria da Tradução: uma experiência como e-terms**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

FRANCO, E.; ARAÚJO, V. Tradução em Revista. **Questões terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual (TAV)**. Vol. 11, nº 2, 2011. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18884/18884.PDFXXvmi=>>. Acesso em 12 de set. 2018.

FRANCO, Eliana P.C.; SILVA, Manoela Cristina C.C. da. **Audiodescrição: breve passeio histórico**. In: MOTTA, Lívia Maria V. de M.; ROMEU FILHO, Paulo (Org.). Audiodescrição: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. p.23-42. Disponível em: . Acesso em: 26 out. 2011.

FROTA, M.; MARTINS, M. Tradução audiovisual, acessibilidade: reviravolta na tradução (Termo e Conceito). **Tradução em Revista**, 2011/2. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18930/18930.PDFXXvmi=>>. Acesso em: 14 de maio 2018.

GAMBIER, Y. Introduction: Screen Transadaptation: Perception and Reception. **The Translator**. Special issue on Screen Translation, v. 9, n. 2, p. 191-205, 2003.

IBGE – SIDRA. **Televisões existentes nos domicílios particulares permanentes, total, por situação do domicílio e o tipo de televisão**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4928#resultado>>. Acesso em: 03 abril de 2018.



IBGE. População tem algum tipo de deficiência. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2015. Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia> >. Acesso em: 03 agosto de 2018.

JAKOBSON, R. Linguística e Comunicação. São Paulo: Cultrix, 1995.

MIANES, F. A audiodescrição vai à sala de aula: do desconhecimento a uma formação docente inclusiva. **In Anais do 7º SBECE e 4º SIECE - Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação.** Ulbra, Canoas, RS. Junho 2017.

MACHADO, A. MATRIZES, Todos os filmes estrangeiros. São Paulo, Vol. 2, Nº 1, p 97 – 111, 2008. Disponível em: < <http://produco.usp.br/handle/BDPI/32350> >. Acesso em 15 de set. 2018.

RODRÍGUEZ, A. A dimensão sonora da linguagem audiovisual. São Paulo: Editora Senac, 2006.